

SISMO fecha negociação salarial 2014 Reajuste fica em 6,78%

Após processo de negociação com a prefeitura e mobilização da categoria, conseguimos fechar o acordo para reajuste salarial 2014. O índice de reajuste alcançado, linear, ou seja, igual para todas as faixas salariais e segmentos da categoria, foi de 6,78%. Desta forma, o SISMO conseguiu proteger o poder de compra da massa salarial da categoria, visto que conseguimos um índice ligeiramente acima da inflação, que no período de nossa data-base (maio) ficou em 6,37%. O índice negociado e aprovado pela categoria em assembleia está dentro da média obtida pelas demais categorias profissionais em todo o Brasil, e que também têm data base em maio.

Todas obtiveram reajustes que ficaram entre 6% e 7%. O reajuste, mesmo sendo aprovado em junho, será retroativo a maio. Foi negociado ainda que ao final do segundo quadrimestre (agosto) será feita uma reavaliação do quadro de arrecadação da Prefeitura para que se abram novas negociações para melhorar o índice de reajuste ainda em 2014. Os demais itens de nossa pauta de reivindicações continuam em processo de negociação. Na verdade, existe um processo permanente de negociação, em que as questões específicas da categoria, como condições de trabalho nas várias unidades, demandas localizadas,

estão em nossa constante prática cotidiana. A direção do SISMO avalia como positiva a negociação até aqui, mas não podemos negar que existe um processo histórico de rebaixamento dos níveis salariais e de condições de trabalho da categoria, que exige e exigirá de nós todos um esforço que vai além da mobilização em campanhas

salariais, mas uma mobilização permanente, maior participação no cotidiano da categoria como um todo. O SISMO está trabalhando para isto.



A Copa do Mundo e o que sobrou para o povo brasileiro

Ainda no governo Lula o Brasil comemorava a escolha do nosso país para sediar a Copa do Mundo de 2014. O Brasil entrava na rota dos grandes eventos, diziam. Além dos Jogos Pan Americanos, também as Olimpíadas do Rio de Janeiro estavam a caminho, para 2016. Em meio a tantos anúncios faraônicos, o "Brasil de Lula" teria ainda um Trem Bala, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro. Obras supostamente estruturadoras, no papel há quase um século, seriam concluídas, como a Transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina. Tudo isto num país em que o povo estava supostamente caminhando para a classe média. Pois bem, foi neste clima artificialmente criado, com este discurso ufanista, que o povo brasileiro se empolgou com a vinda da Copa pra cá. Logo após o anúncio da escolha do Brasil, uma competição danada entre os estados se iniciou para ver quem sediaria os jogos. Apenas doze cidades seriam contempladas. Cada uma delas teria que se adequar às exigências da FIFA, exigências draconianas, mas que foram minimizadas com o discurso que as sedes dos jogos seriam beneficiadas com um amplo legado, ou seja, um conjunto de melhorias em várias áreas, como

transporte, além da geração de empregos e impacto na formação profissional de uma parte significativa das populações locais.

A Copa do Mundo acabou. A Alemanha sagrou-se Tetracampeã. A Argentina de Messi ficou com a Prata. A Holanda conquistou o terceiro lugar. Já o Brasil não podemos dizer que ficou em quarto lugar. Um time que perde a semifinal de por 7 x 1 e perde a disputa do terceiro lugar de 3 x 0 – um saldo negativo de nove gols em dois jogos! – não pode ser qualificado como quarto lugar. Mais digno seria ter ficado lá atrás, no jogo contra o Chile. Se ali tivesse saído, não teria arranhado a dignidade do futebol brasileiro. Não teríamos saído da Copa com os piores resultados da história do nosso futebol em todas as Copas. Se faltou o Neymar e o Tiago Silva, pouco importa. O que nos fez falta mesmo foi o futebol dos que



estavam em campo e alguma inteligência de quem estava na comissão técnica. Mas o objetivo deste texto não é fazer uma avaliação do saldo da nossa seleção. Apesar de sermos o país do futebol, de termos no futebol e nos nossos times e na nossa seleção um elemento que

compõe nossa cultura, a brincadeira de nossos filhos, o sonho de tantos jovens, o futebol é antes de tudo um esporte amistoso, não é uma guerra e nem deve nos tirar do sério. Deve ser uma paixão controlada, sempre. O que nos interessa aqui é saber e debater como o futebol interfere em nossas vidas fora do campo. Então, onde está o legado da Copa? O Brasil gastou mais de R\$ 30 Bilhões em obras para a Copa. Estádios foram construídos. Melhorou o sistema de transporte nas cidades sede? Os taxistas que foram incentivados a aprender a arranhar idiomas tiveram o retorno esperado?

A população viu as contratações em hotéis e pousadas para receber os turistas? A segurança pública adquiriu especialização que possa ser usada para o bem da população? Os estádios construídos – chamam de arenas – estão programados para servir de algo útil para a sociedade, ou ficarão ali, como elefantes brancos de luxo, para receber um ou outro jogo de futebol? Diante de tantas perguntas, uma precisa gerar bastante reflexão na população: o Brasil não tinha outras prioridades para torrar mais de R\$ 30 Bilhões? O fiasco da seleção dentro de campo não foi pior que o fiasco político da Copa fora de campo. Mas de quem é a culpa? Seria um erro culpar a presidente Dilma, somente, como fazem os oportunistas e covardes de plantão. Todos os que aprovaram nas casas legislativas de todo o país as regras da Copa são culpados. Presidentes, governadores, prefeitos, deputados federais, senadores, deputados estaduais e vereadores. Todos, com raras exceções, se lambuzaram com a ganância que fez a farra de empreiteiras e construtoras, estas sim, levaram um grande legado, de bilhões e bilhões. Os Jogos Olímpicos de 2016 vem aí. Será no Rio de Janeiro. Será que vamos cair, de novo, na mesma conversa? Tomara que não!



Forró SISMO 2014
02/08 - Sábado
Clube Cisnes - 16h às 21h

Adquira sua senha no SISMO a partir de 28/07. Atenção com o traje! Não é permitida a entrada de homens e mulheres trajando shorts, camiseta, bermuda e chinelo. Regras do Clube.

Piso Nacional dos ACS/ACE

Vitória parcial. A luta continua!

O Congresso Nacional aprovou e a presidenta Dilma sancionou parcialmente, com vetos, a Lei que institui o Piso Salarial Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e de Controle de Endemias. Este resultado foi fruto de muita luta dos trabalhadores e foi um degrau importante na luta pela dignidade do trabalho dos ACS e ACE. Dizemos que foi um degrau porque o texto final não contempla a contento os anseios e necessidades dos trabalhadores. A Lei aprovada estabelece um piso salarial nacional a partir de janeiro de 2015, somente, no valor nominal

de R\$ 1.014,00. Além disso, a lei não estabelece uma política de preservação do valor de compra deste piso, ou seja, na medida em que não estabelece uma política de reposição de perdas inflacionárias, este piso poderá ser corroído ano após ano. Foi vetado também o artigo da Lei que estabelecia que os entes federados deveriam, no prazo de 12 meses, estabelecer planos de cargos e carreiras para os ACS e ACE. Assim, em muitos casos o Piso aprovado poderá converter-se imediatamente em “teto” salarial dos agentes. Há, portanto, uma longa luta pela frente.



Foto: publicação internet

Em Olinda, Piso Nacional não terá impacto direto no salário dos ACS/ACE

O Piso Nacional aprovado traz um salário de R\$ 1.014,00 (somente em 2015). Em Olinda, um agente de saúde com apenas um quinquênio e sem nenhum adicional de qualificação, já recebe R\$ 1.079,54, sem o reajuste já garantido de 6,78% conquistado agora na data base de maio. Ou seja, em janeiro de 2015, quando vigorará o piso nacional, um ACS dos mais

recém contratados em Olinda já estará recebendo aproximadamente R\$ 1.152,73. Este piso certamente fará alguns ajustes para cima em vários municípios menores, em que os agentes estão reféns de administrações municipais sem capacidade de pagar este valor, mas para municípios como Olinda, em que a categoria, através do SISMO, já está avançando para outros

patamares, a luta agora é para garantir que este valor mantenha-se como piso e não como teto. A luta deve ser pelo enquadramento no PCCV – Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores.

Exemplo de um ACS com apenas 1 quinquênio. Seu salário base para referência no INSS é de R\$ 1.020,00

Descrição	Créditos	Descontos
Vencimento 180	689,00	
Quinquênio 1	34,45	
Adic. Qualific 3	20,67	
R. Saúde 30%	206,70	
Produtividade SUS	49,50	
Incentivo SUS	45,00	
GEA-Grat. de Exerc. Ativi	70,00	
SISMO 1,5%		10,33
Ass. M. Ag. Comunit. Sau		5,45
Fundo de Pensão Financei 11%		112,29
Base de Cálculo do IRPF e INSS		1.020,85

Luta dos ACS/ACE é junto com o SISMO buscando enquadramento na Lei 5615

O SISMO é um sindicato com larga experiência na luta sindical. Ao longo de vários anos, fomos sabendo colocar tijolo por tijolo na construção das paredes que fazem nosso edifício de direitos. Foi assim quando conquistamos a data-base da categoria, obrigando a prefeitura a sentar-se e debater com os servidores as relações salariais e de trabalho todos os anos. Foi assim também quando conquistamos o Plano de Cargos e Carreiras da categoria. Estas conquistas são permanentes e sustentam as conquistas dos servidores no longo prazo.

Num momento como este, em que um piso nacional rebaixado é aprovado – e após tantas críticas feitas ao SISMO por parte de servidores que não enxergam além do dia seguinte ao hoje-, é preciso

reconhecer o trabalho de longo prazo realizado pelo nosso sindicato. O Piso Nacional aprovado só fará sentido para os ACS e ACE de Olinda se for devidamente enquadrado

no plano de cargos e salários dos servidores de Olinda, plano que foi vetado pela presidente Dilma para o conjunto das categorias em todo o Brasil, que ainda não obtiveram esta conquista, já alcançada aqui em Olinda, com muita luta, pelo SISMO e pelos



servidores. Pois bem, o nosso PCCV está em vigor desde 2009 e quando foi instituído garantiu o enquadramento retroativo a todos os servidores, menos aos ACS e ACE.

Servidores que tinham 10 anos de “casa”, por exemplo, foram beneficiados com a entrada na referência 5 (cinco) do plano, tendo um acréscimo salarial de 20% (4% para cada referência alcançada). Como são 15 referências, distribuídas em 30 anos de serviço (a

cada 2 anos de trabalho sobe uma referência), um ACS/ACE que ingressou no serviço público em Olinda em 2002, por exemplo, tem 12 anos de casa e, logo, teria direito a estar na referência 6 (seis) do PCCV, e com um acréscimo de 24% em seu salário base. Então, um ACS/ACE com 12 anos de casa deveria ter um salário base de aproximadamente R\$ 1.361,52.

A luta, como o SISMO sempre alertou, não poderia se restringir ao Piso Nacional. Esta luta sempre foi importante, mas ela não era a única. Já lutamos pelo Piso Nacional do Magistério e já vimos como os governos enganam e distorcem valores e a implementação. É preciso, sempre, lutar pelo piso nacional, mas sem perder de vista que é no município que está a luta pelos ganhos reais para a categoria.



Teto da Esc. Azeredo. Perigo.

Educação. Escolas em condições físicas inadequadas

As escolas Azeredo Coutinho e Professor Wilson estão se somando ao conjunto de escolas em condições físicas no mínimo inadequadas na Rede de Olinda. O SISMO vem cobrando solução, mas parece que o sucateamento é uma constante em Olinda. Lamentável.

Guarda. Finalmente uma sede decente

Após anos vivendo em uma sede precária e até mesmo no SSU (Secretaria de Segurança Urbana), a Guarda Municipal terá uma sede adequada, na antiga garagem, que está sendo adaptada para receber a nova destinação. Parabéns aos que lutaram tanto por isso!



Adivinha quem é?

Ele diz que receber hora extra é inconstitucional. A Constituição dele é diferente da nossa. Ele quer que o servidor com FTG trabalhe de graça. Ele é “especialista” no conhecimento constitucional.